

Educação Inclusiva: desafios no processo educacional de pessoas com necessidades educacionais especiais

A educação inclusiva é uma modalidade especializada no aluno e dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento de novas maneiras de ensinar, adequadas a heterogeneidade dos aprendizes e compatível com os ideais democráticos de uma educação para todos. O estudo tem como objetivo geral analisar os principais desafios de professores e alunos com relação à educação inclusiva. Por meio da pesquisa bibliográfica e documental, e o método de abordagem empregado foi o qualitativo, pois ao longo de toda a pesquisa os dados coletados foram lidos, analisados, interpretados e descritos. A EI não pode ser considerada como integracionista, pois não visa que a criança e adolescente se adapte à sociedade, mas sim relaciona a um processo de mão dupla, onde medidas devem ser tomadas para que o aluno possa se integrar da melhor maneira, mas admitindo suas próprias dificuldades e limitações. Ou seja, a EI visa a aprendizagem levando em consideração todos os aspectos e características de todos os alunos, primando pela equidade e valorizando as diferenças que são vistas como diversidades, o que torna o processo enriquecedor para todos. Assim, o aprendizado das crianças com deficiência é de extrema importância para o seu desenvolvimento social, cultural, cognitivo e emocional. Assim, cabe ao professor utilizar metodologias e práticas que os ajudem a desenvolver suas habilidades, obedecendo às limitações de cada educando para que de fato aconteça o ensino-aprendizado delas.

Palavras-chave: Desafios; Educação Inclusiva; Pessoas com deficiência.

Inclusive Education: challenges in the educational process of people with special educational needs

Inclusive education is a modality specialized in the student and dedicated to the research and development of new ways of teaching, adequate to the heterogeneity of learners and compatible with the democratic ideals of an education for all. The general objective of the study is to analyze the main challenges faced by teachers and students in relation to inclusive education. Through bibliographical and documentary research, and the approach method employed was qualitative, because throughout the entire research the data collected were read, analyzed, interpreted, and described. EI cannot be considered as integrationist, as it does not aim for the child and adolescent to adapt to society, but rather relates to a two-way process, where measures must be taken so that the student can integrate in the best way but admitting their own difficulties and limitations. That is, EI aims at learning taking into account all aspects and characteristics of all students, striving for equity and valuing differences that are seen as diversities, which makes the process enriching for all. Thus, the learning of children with disabilities is extremely important for their social, cultural, cognitive, and emotional development. Thus, it is up to the teacher to use methodologies and practices that help them to develop their skills, obeying the limitations of each student so that their teaching-learning actually takes place.


Keywords: Challenges; Inclusive education; Disabled people.


Topic: **Educação Inclusiva**

Received: **05/09/2022**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Approved: **20/02/2023**

Alvani Bomfim de Sousa Júnior 
Faculdade Jardins, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6358502728889050>
<https://orcid.org/0000-0002-8714-4175>
alvanijunior@yahoo.com.br

Rosane Rosário do Nascimento 
Universidade Federal de Sergipe, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2261257029462255>
<https://orcid.org/0000-0002-9309-2367>
rosanne.nasci@gmail.com

Marcela Santos Almeida
Faculdade Jardins, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8561079214605662>
cecelabioalmeida@hotmail.com

Talison Bruno Santos Santana
Faculdade de Ciências da Bahia, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8245421220550712>
talisonbruno@gmail.com



DOI: 10.6008/CBPC2318-3047.2023.001.0003

Referencing this:

JUNIOR, A. B. S.; NASCIMENTO, R. R.; ALMEIDA, M. S.; SANTANA, T. B. S.. Educação Inclusiva: desafios no processo educacional de pessoas com necessidades educacionais especiais. **Educationis**, v.11, n.1, p.18-24, 2023. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2318-3047.2023.001.0003>

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva pode ser mais que apenas reconhecer diferenças, esta pode ser um processo multiplicador de construção de saberes para formar cidadãos que possam interagir e participar de uma sociedade justa e democrática. Este estudo tem como problemática questionar estas temáticas que envolvem a inclusão, principalmente em relação ao professor e seus desafios.

A educação, como uma prática social, dentro de um contexto socioeconômico-político, não é uma atividade neutra. Quando realizada de modo subserviente ao atual modelo hegemônico, caracterizado pela primazia absoluta da competitividade e lucratividade, reproduz e reforça a exclusão social. Contudo, quando resiste e subverte a escala de valores predominantes, a prática pedagógica passa a ser um fator de mudança extremamente eficiente. Essa mudança traz benefícios para todos e contribui para assegurar os direitos fundamentais dos indivíduos, em todos os níveis.

Para que a educação inclusiva se torne realidade, é preciso, também, que os sistemas educacionais oportunizem cursos de formação aos seus educadores para atuarem com alunos com necessidades educacionais especiais. Nessa perspectiva, este material foi elaborado para ser utilizado como um dos instrumentos que subsidiarão os cursos de formação de professores, para atuarem com alunos com necessidades educacionais especiais - deficiência física.

É importante conhecer os diferentes tipos de deficiências, bem como preveni-las e, nos casos em que a deficiência já se encontra instalada, promover a reabilitação e o resgate da autoestima, potencializando as possibilidades de inclusão social/escolar. Dessa forma, como é possível a integralização de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais num processo educacional mais inclusivo?

O estudo tem como objetivo geral analisar os principais desafios de professores e alunos com relação à educação inclusiva. Os objetivos específicos são identificar os principais transtornos educacionais e seu impacto no processo de aprendizagem, verificar a formação de professores nesse processo inclusivo e descrever os principais desafios enfrentados.

A Educação Especial passa atualmente por um momento de revisão epistemológica, que se caracteriza pelo movimento da Educação Inclusiva. Este movimento é consequência de mudanças ocorridas nas atitudes sociais que foram se estabelecendo ao longo da história, com relação ao tratamento dado às pessoas com deficiência. Afinal, não se pode falar sobre Educação Especial sem pensar na questão da deficiência. Assim, esse estudo tende a impulsionar profissionais da educação e escola na importância de uma educação inclusiva, buscando identificar fatores que garantam a educação do aluno que sente mais dificuldade. Além disso, permitirá uma análise quanto aos novos currículos e orientação do trabalho pedagógico a fim de oportunizar o ensino-aprendizado de uma forma interdisciplinar, concreta e efetiva com objetivos claros e específicos diante das grandes diferenças individuais, ainda valorizar os espaços de saberes para humanizar-se o aluno como cidadão crítico.

Por meio da pesquisa bibliográfica e documental, buscou-se argumentos que validem a tese que a inclusão nas escolas pode concretizar-se pela reorganização do trabalho pedagógico, adaptação individual e

metódica do currículo escolar, e com a afirmação e conscientização de todos os autores quanto participantes da formação dos alunos com necessidades educacionais especiais. O método de abordagem empregado foi o qualitativo, pois ao longo de toda a pesquisa os dados coletados foram lidos, analisados, interpretados e descritos.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Perspectivas sobre a educação inclusiva

A Educação Inclusiva (EI) deve ser voltada para o atendimento às necessidades educacionais especiais que o indivíduo apresenta, e assim, permear concretamente a escolarização em todos os seus níveis, desde a Educação Infantil.

De acordo com Montoan (2001), a EI é uma modalidade especializada no aluno e dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento de novas maneiras de ensinar, adequadas a heterogeneidade dos aprendizes e compatível com os ideais democráticos de uma educação para todos. As Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001).

Outro fator importante, é que a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular implica a necessidade de formar e qualificar professores, a orientação e intervenção psicopedagógica, a adaptação dos recursos, possibilitando um ensino de maior qualidade e garantindo oportunidades iguais a todos os alunos, independentemente de sua condição (CARDOSO, 2002).

Pessoti (2001) corrobora enfatizando que assegurar oportunidades iguais, no entanto, não significa garantir tratamento idêntico a todos, mas sim oferecer a cada indivíduo, meios para que ele desenvolva, o máximo de suas potencialidades, tanto quanto for possível. Dessa forma, a oferta da EI permite a promoção de quebra de paradigmas quanto ao ambiente de ensino, e por isso a importância de que ela aconteça no âmbito escolar.

Nesse sentido, Ferreira (2018), explica que anteriormente existia a escola regular e a escola especial, em ambas as escolas, a finalidade era a mesma, ou seja, a promoção de ensino, porém não havia integração e os conceitos de integração e respeito, a diversidade não era posta em prática, simplesmente pelo fato de os alunos pertencentes a cada tipo de ambiente de ensino não viver a realidade de cada escola. O mesmo autor conceitua a Educação Inclusiva como:

Modalidade de ensino na qual o processo educativo deve ser considerado como processo social em que todas as pessoas, com deficiência ou não, têm o direito a escolarização. É uma educação voltada para a formação completa e livre de preconceitos que reconhece as diferenças e dá a elas seu devido valor. (FERREIRA, 2018)

O autor explica que para que a EI possa acontecer de forma real, as instituições de ensino precisam de apoio e buscar aplicar os pilares da educação dando lhes subsídios para uma educação eficaz. Além disso, é importante que a escola esteja estruturalmente adequada para que receba os alunos com necessidades

especiais e que os professores possuam formação e capacitação para adequar sua metodologia as dificuldades e/ou avanço dos seus alunos. O atendimento educacional especializado (AEE), como proposto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) tem como função:

identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008)

Um documento importante que norteia a educação no Brasil e conseqüentemente também abrange a EI, é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), onde destaca que:

A Base Nacional Comum Curricular é um grande avanço para a educação brasileira, pois abre oportunidades para uma educação mais inclusiva, que parta do olhar para o aluno e suas singularidades. Ela amplia as possibilidades para que as escolas busquem novas alternativas para ensinar a todos. Sendo assim, dialoga com os princípios do desenho Universal para a aprendizagem (DUA), que são: Proporcionar diversos meios para a aprendizagem; proporcionar diferentes formas para expressão do que foi aprendido e manter a motivação e permanência dos estudantes. (FERRARESI, 2017)

Dessa forma, mesmo que dissertar sobre a EI possa parecer simples, na prática não é fácil, principalmente para as redes públicas de ensino, pois são muitos desafios para que a EI aconteça de forma real e essas instituições são quem mais sabem relatar as dificuldades.

Desafios da educação inclusiva

Reconhecer as diferenças e trabalhar com elas é uma das características da Educação Inclusiva, a qual pode ser considerada como um processo multiplicador de construção de saberes, principalmente visando à formação de cidadãos que possam interagir e participar de uma sociedade justa e democrática.

A EI é uma importante ferramenta para a educação atual, principalmente no que concerne respeitar a constituição que defende como direito a educação a todos. Porém, na realidade esta não é a situação que acontece, isto porque a maior parte das escolas não estão preparadas, além dos profissionais que ainda têm dificuldades para receber crianças especiais em suas salas de aula. Sendo que tem o problema da capacitação deficiente e o preconceito de alguns pais (BATISTA et al., 2020).

Assim, as escolas possuem um grande desafio diante das perspectivas atuais, as barreiras impostas na educação inclusiva vão além do aprendizado, ela se encontra em todas as camadas sociais de diversas formas, ficando o papel principal de conscientizar e incluir ao educador que promoverá seu aprendizado mesmo às diferenças coletivas sobre a real concretização da educação inclusiva escolar (CARDOSO, 2002).

Entretanto, é pertinente descrever que a inclusão é possível, porém há a necessidade de formar e dispor professores atuantes, que sejam e se sintam comprometidos com o aprendizado de seus alunos, além de preparar os espaços planejados, o uso de recursos permanentes e, principalmente, buscar uma reorganização pedagógica que seja institucional, juntamente com a participação familiar (BATISTA e CARDOSO, 2020). Na PNEEPEI, descreve que o profissional deveria ter domínio dos seguintes conhecimentos específicos:

No ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do Soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros. (BRASIL, 2008)

Por conseguinte, os desafios não são fáceis, muito menos a adaptação do currículo, contudo é importante mostrar que pequenas atitudes também fazem a diferença nesse processo, isso porque ajuda a flexibilizar práticas e ambientes educacionais, como também educadores em sua função mais humana, o de ensinar independente de ser aluno com necessidade educacional especial ou não (CARDOSO, 2002).

Assim, para que haja essa relação com pessoas com deficiência mental, é necessário que o professor possua um amplo conhecimento do teórico, prático e das capacidades e limitações de cada aluno, é importante também que eles desenvolvam a sensibilidade ao planejar, ao selecionar as metodologias e os recursos, primando sempre para o favorecimento em atingir os objetivos e, assim, contribuindo para que o aluno seja incluído em todas as atividades propostas.

Processo educacional e pessoas com deficiência

As crianças com deficiência precisam de uma metodologia para o desenvolvimento da aprendizagem de forma diferente da tradicional, necessariamente, uma intervenção pedagógica, para que possa atender as necessidades individuais de cada um e que a aprendizagem ocorra com qualidade.

Assim, o professor precisa saber que muito antes de ensinar, ele tem que aprender a comunicar-se com os alunos, desencadeando uma interação entre professor e aluno, e assim saber qual a real necessidade de cada um, para o ensino e aprendizado dele. Essa comunicação é uma importante ferramenta para que o processo ocorra da melhor forma possível. Dessa forma, como ressalta Cunha (2014) a comunicação não traduz uma relação monóxila entre o emissor-professor e o receptor-aluno, mas uma relação triádica que abarca o mundo das significações, para a compreensão do que é ensinado.

Uma escola inclusiva é aquela que inclui a todos, sem discriminação, e a cada um, com suas diferenças, incluindo nessa perspectiva uma mudança significativa no processo pedagógico, não só para a criança com deficiência, como também para os demais alunos da classe. Conforme a PNEPEI (2008):

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008)

Ou seja, o processo de inclusão na educação seja ela de qualquer segmento, mas principalmente na infantil, não é diferente. A instituição precisa oferecer uma aprendizagem de forma ampla e colaborativa, disponibilizando oportunidades iguais para todos e estratégias para cada um, de modo que todos possam desenvolver seu potencial, além de estimular o respeito a diferença e a interação social.

Diante disso, Mantoan (2006) disserta que a inclusão não prevê o uso de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites, e se ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, e sim de agirmos com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existem para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados.

Nesse sentido, a PNEEPEI (BRASIL, 2008) ainda enfatiza que é importante que a educação especial passe a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Dessa forma, as metodologias e as práticas utilizadas no processo de inclusão do aluno com deficiência, não devem ser específicas a cada tipo de deficiência, é importante que seja pensada como um todo, e que o ensino seja de qualidade, respeitando as diferenças de cada uma, a sociabilidade e a receptividade de cada aluno, uma vez que cada aluno aprende de acordo com o suas limitações, e assim, é importante que o professor saiba explorar o máximo nas atividades desenvolvidas, sabendo respeitar a realidade de cada aluno. Conforme descrito por Diament (2006) que relata que em relação à aprendizagem do aluno que apresenta deficiência mental:

Determinar se há possibilidade de alfabetização ou não, e em que nível; não havendo essa possibilidade, devem ser determinadas quais as capacidades que a pessoa com DM é capaz de aprender e, claro, procurar profissionalizá-la. Porém, nos casos de DM grave e profunda pode não haver nem essa possibilidade. (DIAMENT, 2006)

Assim, na educação especial pode ser considerado em que as regras sejam outras. A aprendizagem deve ser analisada de forma diferente, por exemplo, se o aluno aprendeu algo que, de certa forma pode beneficiar sua vida pessoal e/ou familiar, já pode ser contado pontos positivos de acordo com a metodologia utilizada.

CONCLUSÃO

O presente trabalho visou demonstrar a importância da educação inclusiva e seus desafios na educação regular no Brasil. Isso porque, a educação brasileira no seu seio real não está preparada para tal realidade. Porém, tanto como forma de cidadania quanto obediência as legislações e a Constituição, oferecer ensino de qualidade a todos é um dever do Estado, e, portanto, de quem faz parte desse setor.

Os desafios ainda são imensos, pois a escola tem um papel vital no que concerne à educação inclusiva, sendo percussora dos principais esforços e investimentos para que ela aconteça. Porém, esse processo deve ser uma importante relação entre Governo, instituições, professores, família e alunos. Fortalecer esse processo, investindo na formação de professores e criando uma rede de apoio entre alunos, docentes, família e profissionais da saúde é um dos muitos passos que precisam ser implementados para o pleno desenvolvimento da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Outro ponto importante nesse debate é que a EI não pode ser considerada como integracionista, pois não visa que a criança e ao adolescente se adaptem à sociedade, mas sim relaciona a um processo de mão dupla, onde medidas devem ser tomadas para que o aluno possa se integrar da melhor maneira, mas admitindo suas próprias dificuldades e limitações. Ou seja, a EI visa a aprendizagem levando em consideração todos os aspectos e características de todos os alunos, primando pela equidade e valorizando as diferenças que são vistas como diversidades, o que torna o processo enriquecedor para todos.

O aprendizado das crianças com deficiência é de extrema importância para o seu desenvolvimento social, cultural, cognitivo e emocional. Assim, cabe ao professor utilizar metodologias e práticas que os ajudem a desenvolver suas habilidades, obedecendo às limitações de cada educando para que de fato aconteça o ensino-aprendizado delas.

Dessa forma, é importante salientar que a inclusão deve garantir o acesso à aprendizagem, com condições necessárias ao processo do conhecimento, eliminando barreiras e introduzindo recursos e tecnologias assistivas que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem. Assim, mesmo com os desafios, que não são poucos, a EI, torna-se fundamental para pôr fim no segregacionismo da educação e a marginalização das pessoas com deficiência, que historicamente estava fora da escola regular, quando não do próprio processo educativo. Favorecendo, assim, o desenvolvimento cognitivo de jovens com deficiência e promovendo ganhos no desenvolvimento socioemocional, a implementação da educação inclusiva gera benefícios para todos.

REFERÊNCIAS

BATISTA, L. A.; CARDOSO, M. D. O.. Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade. **Revista Educação Pública**, v.20, n.44, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Secretaria de Educação Especial**. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria da Educação Especial. Brasília: MEC, 2001.

CARDOSO, S. H.. **Diferentes deficiências e seus conceitos**. 2002.

CUNHA, A. E.. **Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2014.

DIAMENT, A.. **Transtornos da Aprendizagem**: abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FERRARESI, S.. **As contribuições da BNCC para uma educação inclusiva**, 2017.

FERREIRA, F.. **Educação Inclusiva**: quais os pilares e o que a escola precisa fazer. PROESC. 2018.

MANTOAN, M. T. E.. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como Fazer?. São Paulo: Moderna, 2006.

MONTOAN, M. T. E.. Inclusão é privilégio de conviver com as diferenças. **Revista Nova Escola**, v.20, n.186, 2001.

PESSOTI, I.. Sobre a gênese e evolução histórica do conceito de deficiência mental. **Revista Brasileira de Deficiência Mental**. v.16, n.1, p.54-69, 2001.

Os autores detêm os direitos autorais de sua obra publicada. A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detêm os direitos materiais dos trabalhos publicados (obras, artigos etc.). Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas ou digitais sob coordenação da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.